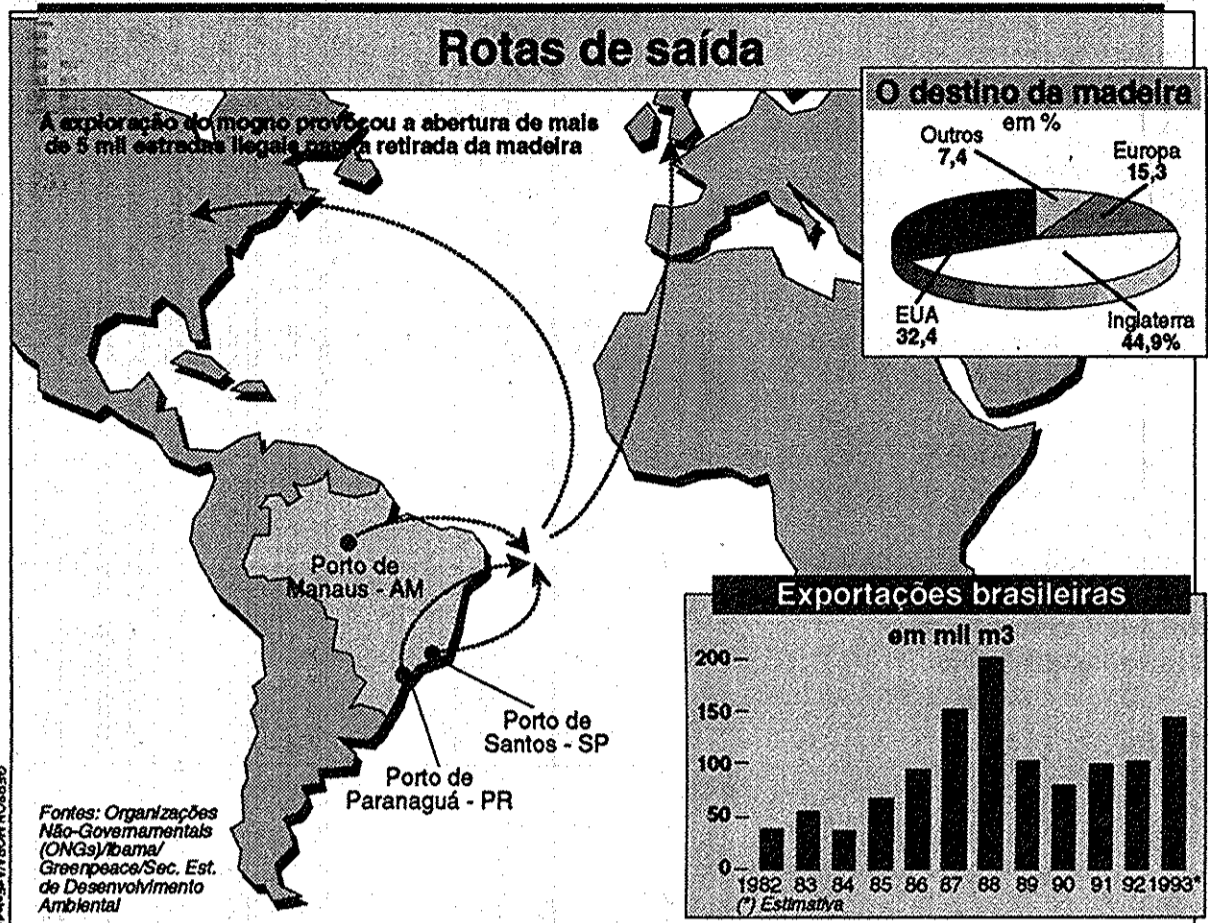


AMBIENTE



País perde US\$ 1,2 bilhão por ano com comércio ilegal de madeira

Estimativa é do Ibama e de entidades ecológicas não-governamentais

O contrabando de madeira provoca uma evasão anual de divisas da ordem de US\$ 1,2 bilhão, o suficiente para o governo colocar em prática qualquer plano para contornar a saída ilegal de madeira do País.

Os dados são de entidades ecológicas que fazem levantamentos na Floresta Amazônica e estimativas do Ibama. Por ano, são contrabandeados cerca de 1 milhão de metros cúbicos de madeira, a maioria mogno. Apenas 10% da madeira retirada é usada no mercado interno. As exportações, legais e ilegais, são feitas pelos portos de Manaus (AM), Santos (SP) ou Paranaguá (PR).

O destino são lojas e fábricas de móveis da Inglaterra e Estados Unidos, os maiores compradores de mogno amazônico. A entidade Greenpeace confrontou dados do Ibama e IBGE para o Estado do Pará, referentes a 1992, e encontrou irregularidades em 95,1% da madeira retirada do Estado, o que corresponde a uma sonegação de 2 milhões de metros cúbicos de mogno.

"Isso deve se repetir em outros Estados", acredita José Augusto Pádua, coordenador da Campanha de Florestas do

Greenpeace na América Latina. "Os números fornecidos pelos órgãos que fiscalizam as exportações não coincidem com os números de importações feitas pelos Estados Unidos e Inglaterra", afirma.

Adhemar Takeo Matsunaga, gerente de exportação de madeiras do Ibama, reconhece a precariedade do esquema de fiscalização do órgão e admite que é difícil verificar as cargas nos navios que saem do País. "Uma empresa pode estar levando muito mais madeira do que foi autorizada", comenta.

A solução passa por medidas enérgicas de fiscalização. Sem isso, fica difícil até para o Ibama calcular oficialmente quanto o País perde com a retirada ilegal de madeira, principalmente mogno. "É difícil calcular, mas sabemos que isso acontece", diz Matsunaga.

Exportação — Para este ano, serão exportados 181 mil metros cúbicos em toras de mogno, número superior à exportação do ano passado — 130 mil metros cúbicos. "Procuramos fazer um trabalho sério para não prejudicar a floresta, mas não consegui-

mos contornar a ação das pessoas que exploram a região", comenta. A retirada ilegal da madeira tende a aumentar com a destruição das florestas da Ásia, hoje o grande pólo da indústria madeireira mundial. "Não podemos mais correr o risco de perder mais essa madeira", afirma o ambientalista Jonas Hurt, da Associação Amigos da Árvore, que calculou um prejuízo de US\$ 2 milhões com o contrabando de mogno no Pará. "Ninguém sabe ao certo quanto se perde exatamente porque não existe controle", comenta.

O mogno foi descoberto na América Central no início do século 16. A paixão dos ingleses pela madeira tem quase 500 anos. No século 17, Sir Walter Raleigh usou mogno na construção de um navio. Em seguida, pediu a seu carpinteiro para fazer uma mesa que até hoje enfeita o Palácio de Buckingham. Essa mesa parece ter dado início à indústria artística de móveis finos, que atingiu o apogeu nos séculos 18 e 19. Hoje, segundo ambientalistas, parece haver mais mogno por metro quadrado nos salões europeus que na própria Amazônia. (Marco Uchôa)

Ausência de fiscais favorece contrabandistas

Os contrabandistas conseguem atuar com facilidade por um motivo óbvio. O governo federal dispõe de apenas 410 servidores para vigiar 5 milhões de quilômetros quadrados da Floresta Amazônica.

Os baixos salários pagos pelo Ibama e a ausência de recursos dificultam qualquer tipo de ação mais enérgica para impedir a retirada constante de madeira de áreas de preservação ambiental. "Fazemos um esforço enorme", afirma Antônio Pacaya Iharaki, do Ibama do Acre. Dos 12 fiscais do instituto no Estado, 10 estão trabalhando em Rio Branco. Apenas dois estão em postos na floresta. Não existe facilidade maior.

Muitos agentes administrativos acabam atuando como agentes florestais para contornar a ausência de pessoas especializadas. "Fazemos um grande esforço, mas é impossível fiscalizar toda a região sem carros, equipamentos e pessoal", reclama Iharaki, que deixou a superintendência do instituto. "Ainda somos obrigados a ficar no meio de brigas políticas enquanto a floresta continua sendo derrubada", diz. Apenas um dos dois carros do instituto está em condições de ser usado.

Valdir de Deus Pinho, do Departamento de Fiscalização do Ibama, confirma a falta de funcionários. "É lamentável, mas os recursos não são suficientes nem para consertar os carros quebrados", comenta. A falta de funcionários também acontece nos portos, por onde saem as madeiras. No porto de Manaus (AM), a fiscalização é feita por duas pessoas. No Pará, trabalham apenas nove técnicos. (M.U.)